

Coluna do Castello

Arraes cobra mais ousadia de Sarney

O governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes, acordou ontem satisfeito com a notícia de que o ministro Dilson Funaro admitira, finalmente, realizar uma auditoria sobre a dívida externa brasileira. Essa tem sido uma idéia acalentada pelo governador desde que retornou do exílio nas asas da anistia decretada pelo general João Figueiredo, no ocaso de 1979. Arraes está convencido de que a auditoria não somente é possível como também é indispensável para que o país conheça como e de que modo foram aplicados os recursos obtidos no exterior nos últimos 20 anos.

Argumenta o governador que um banco americano, no final do ano passado, preferiu cancelar uma dívida de 20 milhões de dólares contraída pelo governo para evitar uma investigação sobre suas origens. "Quem pode garantir que uma auditoria não provoque outros episódios como aquele?", indaga. Se depender de Arraes e, de resto, de amplos setores do PMDB, o presidente José Sarney irá mais fundo na questão da dívida externa. Alega o governador que país algum deve ser obrigado a pagar o que não pode — menos ainda se isso implicar sacrifícios para sua população.

Não desaconselha a negociação com os credores, o exame de condições mais justas para saldar parte da dívida, mas parece certo de que uma auditoria permitirá ao governo brasileiro repudiar, simplesmente, o pagamento de bilhões de dólares. Sobre isso conversou há dois dias com o presidente José Sarney e tem conversado no âmbito do PMDB. A Sarney, sugeriu empenhar-se para que a sociedade seja mobilizada para enfrentar possíveis retaliações de credores e de governos insatisfeitos com a suspensão de parte do pagamento dos juros da dívida anunciada na semana passada.

A população deve tomar conhecimento da gravidade do problema e deve estar pronta para apoiar o governo nas dificuldades que enfrentará, sugere o governador de Pernambuco. Arraes lembra o recente pronunciamento de João Paulo II que advertiu os países ricos para a injustiça da dívida que pesa nas costas dos países pobres. E embora considere a "moratória técnica" adotada por Sarney "ainda muito tímida", ou "micha", como preferiu classificar em outra ocasião, concorda que ela possa animar outros países endividados a seguirem o mesmo caminho.

O risco de um movimento desses para o sistema financeiro internacional obrigaria credores privados e governos a se debruçarem sobre a questão e a encontrarem uma saída para ela. Cobra o governador uma política econômica interna que vê faltar no Brasil no momento. "Os ajustes internos são indispensáveis para nos livrar do fantasma de uma recessão que parece próxima", aconselha. Mas adverte de que eles não podem implicar a diminuição do poder real dos salários nem em outras limitações que atinjam as faixas mais pobres da população.

A ausência de uma definição da política econômica serve de mote para que o governador lembre, também, a ausência de consequências políticas das eleições de novembro. "A manifestação produzida ali pelo eleitorado ainda não refletiu nos rumos do governo do presidente Sarney", confere Arraes. O reflexo, segundo ele, deve atingir o governo em dois planos: no da sua composição interna e no de suas opções políticas. Com a ressalva de que o assunto é da competência do presidente, Arraes não se esquivava de dizer que o ministério deve ser reformado porque a eleição alterou a relação das forças que sustentam o governo.

Quer ver Arraes o governo assumir, de maneira mais desenvolta, o programa de mudanças sugeridas pelo PMDB. Entre as mudanças, Arraes destaca a que prega uma redefinição do papel do Estado — o que passará, necessariamente, pela Constituinte. Em um país tão complexo e variado como o nosso, Arraes acha que o Estado deverá continuar exercendo o papel de regulador da economia. "Quem, fora o Estado, por exemplo, pode determinar uma política de desconcentração industrial?", provoca. Ao presidente do Banco Central, Arraes lembrou a urgência de o governo continuar investindo para banir a recessão.

O tamanho do mandato de Sarney é considerado pelo governador um problema secundário. "Discuti-lo agora é fazer o jogo dos interessados em não apressar as mudanças", imagina. O compromisso do governo com o aprofundamento das reformas sugeridas pelo PMDB vitorioso nas eleições passadas é que determinará o tempo que Sarney deve permanecer no Palácio do Planalto. Já o tempo de duração da Constituinte deve ser o mais breve possível, acredita o governador, para que o país possa retomar seu ritmo normal e para que o governo governe com tranquilidade.

Arraes encontrou o presidente preocupado com o clima de rebeldia instalado na Constituinte. Ele crê que o perfil político da assembléia ainda não se cristalizou mas não acredita que o PMDB, que reúne a maioria dos constituintes, esteja interessado em criar problemas para o presidente. Tudo dependerá, naturalmente, do maior ou do menor grau de afinidade e de coerência do presidente com o programa do partido.

Ricardo Noblat
(interino)